

Nós povo Munduruku do alto e médio Tapajós já nos pronunciamos muitas vezes. Somos contra o garimpo em nosso território e todo o avanço da destruição dos grandes projetos. Somos caciques, lideranças, guerreiros e guerreiras com nossas organizações, Movimento Munduruku Iperég Ayu, Associação das Mulheres Munduruku Wakoborun, Associações Pariri, Dau'k, Arikico, Wuyxaximã Conselho Indígena Munduruku do Alto Tapajós- CIMAT. Tivemos reunidos entre os dias 20 e 22 de agosto de 2020, protocolamos carta contrária ao crescimento dos empreendimentos minerários em nosso território, contrária o projeto de Lei 191 que pretende legalizar as atividades que exploram os recursos do nosso território.

Nos reunimos mais uma vez alto e médio Tapajós no dia 05 de outubro de 2020. Estamos em um momento muito triste para o nosso povo, a destruição está crescendo muito em nosso território, apoiada por esse governo de projetos de morte. As invasões do nosso território aumentaram e com ela a destruição em nosso território desde a chegada desse desgoverno e ainda mais após a visita do ministro do meio ambiente no nosso território.

Somos a maioria dos Munduruku, estamos nas nossas aldeias e somos contra empreendimento minerários e madeireiros em nosso território!

Não aceitamos os poucos que são enganados pelos pariwat e usam o nome do nosso povo. Não queremos regularizar atividades de destruição no nosso território. Queremos a retirada dos madeireiros do nosso território no médio Tapajós e a demarcação das nossas terras indígenas Sawre Muybu e Sawre Bapim.

A Funai está devendo com nós a nossa demarcação, e se posiciona favorável a PL 191 que serve para legalizar a invasão do nosso território. Abrindo portas também para diversos empreendimentos que impactam nossas vidas, como a proposta da ferrogrão. Nunca nos recebeu tão fácil em Brasília e não atende os nossos pedidos como a continuidade do Ibaorebu, nossa educação diferenciada, e a continuidade das fiscalizações no nosso território. A Funai esta colaborando com a destruição.

Sem nossa terra é impossível preservar nossa cultura para as outras gerações. Temos o nosso protocolo de consulta e exigimos ser consultados de acordo a 169 da OIT.

Os Munduruku que trabalham no garimpo, não ganham com isso, sabemos que quem ganham são só os pariwat empresários. Se legalizar a prática da mineração em terras indígenas todos os indígenas do Brasil vão sofrer e não são eles que vão continuar trabalhando, vão chegar grandes empresas. Eles enganam alguns que estão enfeitados dessa doença e usam a voz de poucos gananciosos para representar o povo inteiro. E deixam acreditar que dependemos de muito para viver, enquanto estamos destruindo nossa real fonte de vida, nossos rios e nosso território.

A Operação de fiscalização ocorrida em nosso território, precisa acontecer com continuidade, precisa ser mais bem organizada e gerida. Eles precisam ter uma base de fiscalização em cada rio de nosso território como também na área urbana de Jacareacanga, para conseguir realmente expulsar os invasores. E precisam ficar

aqui com a gente. Não adianta passar dois dias. Exigimos também base de fiscalização do Ibama na aldeia Karoebak na Terra indígena Sawre Muybu (Daje Kapap Eipi) médio Tapajós para fazer fiscalização contra os madeireiros.

Sabemos que tudo isso que está acontecendo é organizado pelo governo, pelos brancos, pelos comércios, e vieram atrás de fonte de vida. Não temos medo e vamos continuar na luta! Nós decidimos, os caciques e organizações do nosso povo, que nossa assembleia geral será dia 15 de dezembro de 2020. Exigimos soluções efetivas sobre a destruição desenfreadas em nosso território. Assim como pedimos uma visita do Ministério Público Federal em nossas Terras indígenas tanto do médio quanto do alto.